

A DITADURA CIVIL-MILITAR: REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E A RESISTÊNCIA DA UNE

THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP: UNIVERSITY REFORM OF 1968 AND THE RESISTANCE OF UNE

LA DICTADURA CIVIL MILITAR: REFORMA UNIVERSITARIA DE 1968 Y A LA RESISTENCIA DEL UNE

Ana Paula dos Santos GOMES¹
Marco Antônio de Oliveira GOMES²

RESUMO: Este artigo analisa a resistência do movimento estudantil diante da ditadura civil-militar, que teve início com o Golpe de Estado de 1964. Nesse contexto, buscou-se compreender as origens dos conflitos que originaram a intervenção golpista das Forças Armadas, em defesa dos interesses burgueses, contra o avanço das lutas dos trabalhadores, como a reforma do ensino superior e a resistência do movimento estudantil diante do crescente autoritarismo de Estado vigente na época em questão. A fim de atingir tais objetivos, esta pesquisa é bibliográfica, documental e teve como suporte teórico a perspectiva do materialismo histórico e dialético. Atualmente, diante de um cenário marcado por crescentes manifestações de saudosismo autoritário, retomar o tema é uma tarefa importante e necessária, pois falar de ditadura e de resistências, no Brasil, é discutir um tema atual, mesmo estando situados em meio a contextos políticos, econômicos, sociais e educacionais distintos.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Reforma Universitária. União Nacional dos Estudantes.

ABSTRACT: *This paper analyzes the resistance of the student movement against the civil-military dictatorship that began after the coup d'état in 1964. In this context, we aimed to understand the origins of the conflicts that gave rise to the intervention of the Army in defense of bourgeois' interests against the advancement of workers' request. Also the reform of university education, and the resistance of the student movement to the growing authoritarianism of the state. In order to reach the goals of this study, we rely on bibliographical and documentary research that had the perspective of the historical and dialectical materialism as theoretical support. As we face the current scenario marked by increasing manifestations of authoritarian nostalgia, discussing the theme again is an important and necessary task because discussing dictatorship and resistance in Brazil is discussing a current issue, even though they are situated in the midst of distinct contexts such as political, economical, social and educational contexts.*

Keywords: *Civil military dictatorship. University Reform. National Union of Students.*

¹ Pedagoga. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9782-453X> E-mail: anapaulgomes840@gmail.com

² Doutor e Mestre em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto do Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2397-5615> E-mail: marcooliveiragomes@yahoo.com.br

RESUMEN: *Este artículo analiza la resistencia del movimiento estudiantil a la dictadura civil militar que comenzó con el golpe de Estado de 1964. En este contexto, buscamos comprender los orígenes de los conflictos que condujeron a la intervención golpista de las Fuerzas Armadas en defensa de los intereses burgueses contra el avance de las luchas obreras, como la reforma de la educación superior y la resistencia del movimiento estudiantil frente al creciente autoritarismo del Estado. Para lograr los objetivos propuestos, utilizaremos una investigación bibliográfica y documental que tuvo como soporte teórico la perspectiva del materialismo histórico y dialéctico. Frente a un escenario marcado por manifestaciones crecientes de nostalgia autoritaria, volver al tema es una tarea importante y necesaria, ya que hablar de dictadura y resistencia en Brasil es discutir un tema de actualidad, aunque se sitúen en medio de contextos políticos, distintos aspectos económicos, sociales y educativos*

Palabras clave: Dictadura civil militar. Reforma universitaria. Unión Nacional de Estudiantes.

Introdução

O golpe civil-militar de 1964 deixou graves sequelas, que marcaram profundamente a sociedade brasileira e a educação. É bem verdade que, ao longo da ditadura, no âmbito da educação, houve um crescimento expressivo no número de matrículas na educação básica, mas os recursos foram reduzidos, acompanhados de um processo de precarização da formação de professores, ou seja, não houve preocupação com a qualidade de ensino ofertado. Não há como negar que os governos militares reforçaram a concentração de renda e a ampliação do processo de privatização do ensino.

Vale destacar que a burguesia brasileira (banqueiros, empresários, latifundiários), associada ao capital estrangeiro, fundamentalmente estadunidense, também promoveu, apoiou e financiou o golpe. Em nome da “democracia”, consolidou-se um estado autoritário, que promoveu uma série de reformas em diferentes áreas, com o objetivo de atender às demandas de acumulação do capital.

Ao longo da ditadura (1964–1985), o Brasil vivenciou duas reformas de ensino: a reforma do ensino superior, em 1968, e da educação básica, em 1971. Em poucas palavras, as reformas procuraram adequar a formação dos indivíduos dóceis e politicamente inofensivos às necessidades do mercado, além de buscar difundir os valores compatíveis com os interesses burgueses.

No cenário caracterizado pela repressão, o movimento estudantil organizou-se para enfrentar e superar o autoritarismo instituído. Não foram poucas as lutas travadas

pelos estudantes em nome da liberdade e muitas foram as resistências executadas pelo movimento estudantil durante a ditadura, principalmente no que se refere aos anos de 1964–1968.

Diante de um cenário caracterizado pela negação do conhecimento e de relativização da ditadura, é necessário retomar a história, aprofundar as pesquisas e explicitar o caráter autoritário e violento do regime implantado em 1964. Nesse sentido, investigar o movimento estudantil e suas lutas contra o arbítrio materializado na ditadura significa retomar uma discussão necessária e atual. Trata-se, portanto, de resgatar a memória de luta daqueles que não mediram esforços em defesa da democracia para que as futuras gerações não percam de vista a necessidade de defesa da universidade pública e, também, da liberdade.

Nesse contexto, Saviani (2008) enfatiza que:

[c]ontrolando com mão de ferro, pelo exercício do poder político, o conjunto da sociedade brasileira ao longo de duas décadas, o regime militar deixou um oneroso legado cujos efeitos continuam afetando a situação social do país nos dias de hoje. Faz sentido, pois, retomar a política educacional e as realizações da ditadura militar no Brasil, pondo em destaque, aspectos que se fazem presentes, ainda hoje, na educação brasileira (SAVIANI, 2008, p. 294-295).

Dessa forma, falar de ditadura e acerca das resistências no Brasil é discutir um tema atual, mesmo que nos situemos em contextos políticos, econômicos, sociais e educacionais distintos. Desse modo, faz-se necessária a realização de estudos que exponham a temática a ser analisada, apresentando questionamentos indispensáveis para sua compreensão, buscando assim, compreender como se organizou o movimento estudantil no âmbito de suas resistências contra a ditadura civil-militar.

Diferentes trabalhos demonstram que, após o advento do golpe de Estado e da ditadura daí adjacente, inúmeros estudantes e professores tiveram seus direitos violados pela ação dos órgãos de repressão da ditadura. São abundantes os exemplos de perseguições, prisões, torturas e assassinatos, pelas ações dos agentes do Estado a serviço dos interesses da burguesia (CUNHA; GÓES, 2002; TOLEDO, 2004; SANFELICE, 2008).

Assim, as reformas, no âmbito da educação, não objetivaram, em momento algum, a formação emancipada do indivíduo, mas sua adequação à lógica do mercado. Por isso, retomar a discussão constitui um ato de preservação da memória dos que

lutaram e que resistiram ao arbítrio, mas também um meio de fomentar o debate sobre as posturas relativistas que minimizam o caráter ditatorial imposto em 1964.

Diante dessas considerações, apresenta-se, como principal objetivo, a compreensão das lutas do movimento estudantil no contexto da reforma de 1968. De modo a alcançar essas reflexões, buscar-se-á compreender historicamente a origem do golpe civil-militar de 1964 e suas propostas para educação, analisar a reforma universitária de 1968, seus vínculos com a manutenção da ordem burguesa e verificar o processo de luta do movimento estudantil e seus desdobramentos. Desse modo, busca-se contribuir para a realização de futuros estudos e de possíveis trabalhos a partir desta pesquisa.

Para esse fim, realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico, com a finalidade de compreender o processo que originou o golpe de Estado, os interesses envolvidos no âmbito da educação e a resistência organizada por parte do movimento estudantil. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental, a partir da leitura da lei n.º 5.540/68, da Biblioteca da Presidência da República, dos Atos institucionais n.º 1 ao n.º 5 e de documentos da União Nacional dos Estudantes, com a finalidade de enriquecer o estudo realizado.

Breve retrospectiva histórica

O golpe de civil-militar instaurado no Brasil em 1964 apresentou um caráter burguês, teve apoio de parcelas significativas da classe média e, ainda, de amplos segmentos conservadores da Igreja Católica. Na ocasião, tais segmentos, motivados pela crescente mobilização dos trabalhadores, consideravam necessária a instalação de um Estado que expurgasse os “subversivos” e que mantivesse a estrutura social vigente inalterada.

Nesse interim, para melhor análise do período, faz-se necessário compreendermos a crise política, econômica e institucional que atravessava o país no início dos anos de 1960, com o esgotamento econômico de uma economia dependente. Observa-se que o crescimento econômico, promovido pela gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956–60), acelerou o endividamento externo, o processo inflacionário e o crescimento das desigualdades. O resultado é evidente ao se observar, em relação àquela época, o crescimento da insatisfação social.

No cenário descrito, Jânio Quadros aparecia como uma espécie de “salvador” na visão de amplos segmentos do eleitorado. Outrossim, sua vitória na eleição presidencial de outubro de 1960, com 48% dos votos, foi precedida por um discurso de moralização e de combate à corrupção, e não significou o rompimento com a ordem econômica.

Sucedendo sua posse à presidência do país, em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros apresentou, em seu curto governo, medidas de um programa anti-inflacionário e o incentivo às exportações, buscando equilibrar a balança de pagamentos. Entretanto,

[a] política externa ‘independente’ implementada pelo governo indicava a tentativa de aproximação comercial e cultural com os diversos blocos do mundo pós-guerra, o que provocou a desconfiança de setores e grupos internos que defendiam o alinhamento automático com os Estados Unidos (BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, s/d, s. p.).³

A aproximação com os blocos de nação do chamado Terceiro Mundo, especificamente de Cuba, reproduziu, nos segmentos conservadores, uma ideia negativa em relação ao governo de Jânio Quadro, o que refletiu também no Congresso, visto que

[n]o âmbito interno, o governo experimentava, ainda, a ausência de uma base política de apoio: no Congresso Nacional dominavam o PTB e o PSB, ao mesmo tempo em que Jânio Quadros afastara-se da UDN, enfrentando a oposição cerrada do então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Esses são alguns dos principais fatores que teriam levado à renúncia do presidente em 25 de agosto de 1961, consumada através de documento apresentado ao Congresso Nacional. Com o vice-presidente João Goulart em viagem à China, esse gesto abriu uma grave crise política, uma vez que a posse de Goulart era vetada por três ministros militares. A solução encontrada pelo Congresso, e aprovada em 3 de setembro de 1961, foi a instauração do regime parlamentarista, que garantiria o mandato de João Goulart até 31 de janeiro de 1966 (BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, s/d, s. p.).⁴

Assim, após sete meses de sua posse no governo, Jânio Quadros renunciou ao cargo em 25 de agosto de 1961. O vice-presidente João Goulart que, na ocasião da renúncia do presidente, encontrava-se em viagem à China — país identificado com o bloco socialista — enfrentou uma tentativa de veto de sua posse, arquitetada pelos ministros militares que atuavam no poder executivo do momento histórico em questão. Isso aconteceu em razão do fato de que consideravam haver uma inviabilidade em dar

³ Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/janio-quadros/biografia>

⁴ Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/janio-quadros/biografia>

posse a João Goulart em função do seu passado, associado ao apoio às posições nacionalistas do ex-presidente Getúlio Vargas.

A crise gerada pela renúncia e por causa da oposição dos ministros militares à posse de João Goulart implicou em um processo de polarização social e de impasse político que durou alguns dias, havendo possibilidades reais de um confronto militar entre os partidários dos dois lados. Diante da inviabilidade de uma rápida vitória para qualquer um dos lados, a saída encontrada foi a votação da emenda parlamentarista, na qual João Goulart assumiria a presidência, entretanto, apenas “reinar” e não governaria.

De fato, o regime parlamentarista teve curta duração. Um plebiscito convocado para o dia 6 de janeiro de 1963 restituiu o regime presidencialista. Acerca disso, Toledo (2004) enfatiza que:

A rigor, o governo de Goulart se inicia em janeiro de 1963, após a contundente derrota do regime parlamentarista. Com o apoio de amplos setores empresariais, e dos setores políticos nacionalistas e conservadores, a campanha para o retorno ao presidencialismo foi vitoriosa. A partir desse momento, Goulart deixava de desempenhar o papel que foi a ele atribuído com a implantação do parlamentarismo; deixava, pois, de ser uma autêntica “rainha da Inglaterra” que, *embora reinasse, não governava* (TOLEDO, 2004, p. 2, grifos nossos).

O retorno do presidencialismo, após o golpe do parlamentarismo, em 1961, não diminuiu a dinâmica dos conflitos que atravessavam a sociedade brasileira. Isso porque as contradições de um país periférico e dependente, com uma burguesia associada ao capital estrangeiro, foram fatais para a manutenção das liberdades democráticas no Brasil.

Diante da crise, o governo de Goulart propôs as chamadas Reformas de Base, sobretudo o Plano Trienal, com objetivo de superar o estrangulamento do crescimento econômico por meio de uma agenda reformista. É nesse contexto que as reformas propostas passam a ter grande apoio de entidades representativas das classes trabalhadoras. Desse modo, o governo passa então a perder grande apoio da burguesia associada ao capital estrangeiro, criando, assim, um amplo cenário de crise política, o que levou o cenário nacional a várias mobilizações por parte da sociedade, como a Marcha da família com Deus e Revolta dos Marinheiros. Diante do avanço da crise econômica, a burguesia brasileira, associada ao imperialismo norte-americano,

conspirou contra o Governo Goulart. Diante disso, o golpe foi o desdobramento dos interesses hegemônicos.

Em consequência a esses acontecimentos, em 31 de março de 1964, o General Olímpio Mourão Filho, comandante da 4.^a Região Militar, sediada em Juiz de Fora, iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro, desencadeando o golpe que derrubaria a presidência de João Goulart. O desfecho da ação golpista ocorreu com a conivência do Congresso Nacional e com a omissão do Supremo Tribunal Federal.

Nesses termos, o primeiro a assumir a presidência após o golpe, em 2 de abril de 1964, foi Paschoal Ranieri Mazzilli, com um mandato que durou poucos dias, visto que esperava-se apenas a decisão por parte do Comando Supremo da Revolução para a escolha do então primeiro militar a governar o país após a ruptura golpista. Para a manutenção do poder, os golpistas de 1964 baixaram “inúmeros Atos Institucionais, que privaram a sociedade de todos os seus direitos e garantias fundamentais” (GITAHY; FERNANDEZ; BATISTA; PRADO, 2019, p. 165).

Marechal Castello Branco foi o primeiro militar a assumir a presidência do país, com a implantação do golpe de Estado de 1964. Ele assumiu no dia 15 de abril de 1964, e seu governo foi marcado pela implantação dos quatro primeiros Atos Institucionais, que consistiam em decretos e normas que objetivavam impedir a organização da oposição, fortalecer as ações do executivo e punir os indivíduos considerados subversivos contra a ordem estabelecida.

No decorrer da ditadura civil-militar, foram 17 os atos institucionais implantados, nos quais os cinco primeiros possuíram maior repercussão e, desses, quatro pertencem ao governo de Castello Branco. O primeiro ato institucional, AI-1, datado de 9 de abril de 1964, apresenta como principais temáticas as modificações da Constituição vigente no país, assim como tornou possível, ao Presidente da República, o poder de suspender e de cassar mandatos do poder legislativo: “[...] os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos” (BRASIL, 1964, s. p.).

O Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, teve como principais tópicos a alteração da Constituição, no que diz respeito à organização dos Três Poderes, via permissão ao Presidente da República de suspender o direito político de qualquer cidadão, assim como a suspensão e a proibição de atividades de partidos políticos. O terceiro Ato Institucional, datado de 05 de fevereiro de 1966, implicava nas eleições

nacionais, estaduais e municipais. Já o Ato Institucional n.º 4, de 07 de dezembro de 1966, convocava o Congresso Nacional para votação do projeto de Constituição exposto pelo presidente da República, além de apresentar, em seu Art. 9.º, uma abertura legal para o Ato Institucional que o precederia, que foi o mais marcante da ditadura no âmbito do cerceamento dos direitos e da implementação da violência de Estado.

Ao longo do governo de Costa e Silva (1967–69), os movimentos de oposição contra o governo cresceram. Para a manutenção da ordem burguesa, o governo promoveu o recrudescimento da repressão, apelando, inclusive, para o Ato Institucional n.º 5, considerado o mais severo da ditadura civil-militar. O referido Ato permitia ao Presidente da República decretar estado de Sítio, podendo decretar recesso do Congresso, de Assembleias Legislativas e da Câmara de Vereadores, além do recesso parlamentar, assim como a fiscalização financeira de municípios que não possuísem Tribunal de Contas. Somando-se a isso, o Art.10 suspendeu a garantia de *habeas corpus* para determinados crimes: “Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular” (BRASIL, 1968b, s. p.). Entrando em vigor esse Ato, teve início a fase mais sinistra do regime militar: as torturas, que já existiam, e que foram estimuladas pelo terrorismo de Estado, por meio das quais inúmeros indivíduos identificados com a oposição real ou imaginária foram perseguidos, torturados, assassinados ou exilados do país.

No que diz respeito à questão educacional do período ditatorial, pode-se afirmar que o regime buscou adequá-los aos propósitos de interesses do capital. O que é possível verificar com a presença da USAID (United States Agency for International Development)⁵ na orientação das políticas educacionais, que “assumiu esta, assim, a tarefa da reordenação da educação nacional” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 31).

Em uma breve síntese, os acordos firmados entre o Ministério da Educação e a USAID nos anos 1960, objetivavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira para condução da educação no Brasil. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, momento de maior visibilidade nos acordos, foram assinados 12 documentos desse tipo, abarcando desde a educação nos anos iniciais até o ensino superior. Acrescente-se que os acordos se inseriam num contexto histórico fortemente

⁵ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isso é, pela concepção da educação como pressuposto do desenvolvimento econômico.

A partir disso, decorreu-se a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), a implantação da “disciplina” de Moral e Cívica, a Reforma do Ensino Superior em 1968 e a Reforma do Ensino Básico, com a profissionalização compulsória em 1971 (REGERT; BAADE; SANTOS, 2019).

O MOBRAL apresentou-se como um movimento do período, que pretendia adequar a luta contra o analfabetismo para as necessidades do mercado. Tal movimento encontrava-se integrado aos sistemas de serviços, como rádio, televisão, cinemas educativos, que possuíam o objetivo de alfabetizar a população urbana. Estabelecido pela lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, apresentava, em seu artigo n.º 3, a aprovação de um plano de educação funcional e de educação continuada de adolescentes e adultos, visto que “[s]eu objetivo prioritário era a alfabetização da população urbana analfabeta de 15 a 35 anos. A partir de 1974, o MOBRAL foi autorizado a alfabetizar, também, a população de 9 a 14 anos” (CUNHA, 1983, p. 255).

Com a reforma do ensino básico, instituiu-se a profissionalização compulsória, com o objetivo de eliminar a crescente demanda de indivíduos em busca de formação superior. Entendia-se que a grande procura pelo ensino superior era resultado da falta de estrutura e de insuficiente preparo do ensino médio. Sob essa lógica, a implantação de um ensino técnico no ensino médio proporcionaria a devida formação dos indivíduos, diminuindo, dessa maneira, a sobrecarga de pessoas em busca do ensino superior.

Os relatores imaginavam que a crescente demanda de ensino superior fosse devida ao conteúdo “geral” (isto é, não profissional) do ensino médio, o que *obrigava* seus concluintes a procurarem naquele uma habilitação profissional. De modo que, se o ensino médio passasse a ter um conteúdo profissional, muitos estudantes não seriam obrigados a demandarem as escolas superiores (pois, já teriam uma habilitação) enquanto que outros, já trabalhando, teriam seu ímpeto diminuído pelo fato de poderem, com mais tranquilidade, financiar novas tentativas. Deste modo, a política educacional passa a atribuir ao novo ensino médio profissional uma função contenedora (CUNHA, 1983, p. 246).

Dessa forma, a reforma de 1971 buscava atender dois objetivos: formar mão de obra politicamente inofensiva para o mercado em expansão e impedir o crescimento da demanda por educação superior. Conseqüentemente, no âmbito do “espírito” do período, a introdução da “disciplina” de Educação Moral e Cívica era a que expressava

os interesses dos grupos dirigentes em difundir os valores dominantes por meio do aparato escolar. Cunha e Góes (2002) apontam que

[e]la deveria ser *uma prática educativa* visando “formar nos educadores e no povo, em geral, o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade ao trabalho e de integração na comunidade. De tal forma que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 72).

Por conseguinte, considerava-se que o ensino de amor à pátria supriria a deficiência educacional e social dos indivíduos e esta teria, como uma de suas finalidades, além do culto a pátria, o dever de apresentar a preservação e o fortalecimento dos valores sociais, proporcionar o aprimoramento do caráter, a compreensão de direitos e de deveres sociais, entre outras finalidades.

Outra medida empregada durante o governo militar no campo da educação foi o acordo entre MEC e USAID, com o propósito de receber colaboração estadunidense nas políticas educacionais daqui. A USAID “[a]ssumiu (...) a tarefa da reordenação da educação nacional” (CUNHA; GÓES, 2002, p. 31). Cunha e Góes sinalizam que tal acordo proporcionava à USAID o gerenciamento de todos os níveis de educação, como o ensino primário, médio, superior, assim como o treinamento de professores.

Ainda, no que diz respeito à educação instituída na ditadura civil-militar, enfatiza-se a reforma do ensino superior, efetivada em 1968, como justificativa da modernização do ensino superior. Essa reforma sucedeu diversas medidas para as universidades, que passariam a ser organizadas em departamentos. Cunha e Góes (2002, p. 81) destacam que “a organização de departamentos foi a maneira encontrada para juntar no mesmo ‘lugar’ da universidade todos os professores, pesquisadores, laboratórios e outros recursos de um mesmo campo de conhecimento”, assim como a realização das matrículas por disciplinas e não por currículos fixos. Acerca disso, Cunha e Góes (2002, p. 81) salientam que “para aumentar o ‘rendimento’ dos ‘recursos humanos’ da universidade, juntaram-se na mesma sala, com o mesmo e único professor, todos os estudantes da mesma disciplina, por mais diferenças que houvesse entre seus objetivos, dificuldades e, pior de tudo, em turmas grandes e heterogêneas.”

As reformas e os acordos educacionais assinados no período militar retratam exclusivamente os propósitos dos governos da época. Modernizar a educação, dentro da

lógica utilitarista, e difundir os valores do regime eram estratégias para minimizar manifestações que contradiziam os interesses dos que estavam no poder. Desse modo, nesta pesquisa foi realizada uma análise da Lei n.º 5.540/68, buscando compreender de que maneira o governo militar buscou utilizá-la para seus objetivos de administração.

A reforma universitária: lei n.º 5.540 de 1968

A lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, da reforma universitária, é uma das leis mais emblemáticas do período civil-militar, já que proporcionou mudanças significativas no ensino superior durante esse período. Seus objetivos pautavam-se pela modernização do ensino superior, por meio de um conjunto de normas que visavam regular sua organização e seu funcionamento.

Ao datar do início da ditadura civil-militar, foram necessários quatro anos para entrar em vigor a reforma universitária. Cunha expressa que:

O golpe de 1964, dado pela aliança dos liberais que não escondiam sua antiga vocação autoritária, com os militares educados na escola do positivismo comteano, defensores de uma “ditadura republicana”, levou cinco anos para despir a máscara liberal-democrática. Foi durante este período, que tomou forma a doutrina da reforma da universidade brasileira, expressa em dois decretos-leis e na Lei n.º 5.540, de novembro de 1968. O anteprojeto desta lei foi elaborado por um grupo de trabalho do qual fizeram parte membros do Conselho Federal de Educação e professores universitários, todos versados no idealismo alemão (CUNHA, 1988, p. 17).

O “*modelo organizacional* proposto para o ensino superior brasileiro era norte-americano” (CUNHA, 1988, p. 18, grifo nosso). Então, movido pelo acordo existente entre MEC-USAID, o modelo de organização para o ensino superior baseou-se em um modelo já existente, apresentando, assim, particularidades que já estavam presentes no padrão do ensino estadunidense.

Ainda que o ensino primário fosse a essência das mudanças propostas pela USAID no golpe, “por ser dirigido diretamente para as massas” (CUNHA, 1988, p. 167), muitas foram as mudanças realizadas nas universidades.

O objetivo do Higher Education Team⁶ era descobrir meios para adequar a assistência ao ensino superior à estratégia geral da USAID e opinar sobre a conveniência de se organizar um programa especialmente voltado para o ensino superior, como já havia para outras áreas. Sobre essa estratégia, o quadro de referência do grupo dia que a USAID encarava o ensino superior como elemento da formação de recursos humanos e estes como meios para o aumento da produção industrial e da produção agrícola. Ao grupo, foi dito também, que a USAID não esperava alterar sua estratégia para incluir mudanças institucionais entres seus objetivos maiores. Em outras palavras: a “assistência” deveria ser dada ao ensino superior como existia na época; o problema seria, então, buscar receptores primários em termos de tipo instituições e de cursos, localização, se em pessoal e/ou equipamento, etc. (CUNHA, 1988, p. 168).

Antes de toda execução da reforma universitária, análises foram realizadas para qualificar o ensino superior existente, e “o diagnóstico revelou um ensino superior inadequado em termos qualitativos e quantitativos”, uma vez que as universidades eram consideradas, na época, “com poucas exceções, dessintonizadas com a moderna sociedade brasileira” e que “os padrões de ensino diferiam muito dos vigentes nos EUA” (CUNHA, 1988, p. 169).

Não se tratava, portanto, de reformar a universidade para torná-la acessível e democrática para a ampla maioria dos filhos da classe trabalhadora, mas de adequá-la às necessidades de formação de profissionais qualificados para as funções do Estado e das empresas que expandiam suas atividades no território brasileiro. Em outras palavras, “as universidades constituíram-se em um espaço fundamental nos projetos da ditadura, por possuírem um papel-chave na formação das chamadas elites intelectuais, políticas e econômicas do país” (GOMES, 2018, p. 431). Por isso, fazia-se necessário reorganizar os currículos, as estruturas das instituições e aparelhá-las adequadamente para as funções exigidas pelo mercado.

Os currículos eram rígidos; a maioria dos professores só dedicava umas poucas horas por semana à universidade; faltavam equipamentos nos laboratórios; as bibliotecas eram pequenas, inadequadas e mal organizadas; os edifícios eram mal utilizados; as condições de ingresso eram tão severas que não se chegava a completar as vagas; a maioria dos estudantes só frequentava a universidade uma parte do dia, como se trabalhassem em regime de tempo integral; os livros e outros materiais didáticos eram escassos (CUNHA, 1988, p. 169).

⁶ “Equipe especial de consultores, não pertencentes aos quadros da USAID, para cotejar a realidade do ensino superior existente com a assistência que já se desenvolvia e, ambos, com a nova estratégia (...) Um grupo de quatro norte-americanos” (CUNHA, 1988, p. 168).

Outro problema encontrado nas universidades era a escassez de vagas para ingresso às instituições e, nesse contexto, “a demanda do ensino superior aumentou de modo que o crescimento das matrículas resultou insuficiente diante de uma procura cada vez maior” (CUNHA, 1980, p. 238). Isso fez com que segmentos de classe média reivindicassem por mais vagas nas universidades, visto que “o fato de haver um número tão elevado de excedentes fez com que se criassem condições para a contestação da própria política educacional” (CUNHA, 1980, p. 239).

Sucediam-se, pois, duas questões importantes para a compreensão do encaminhamento do problema pela ditadura civil-militar:

Em primeiro lugar, o atendimento das demandas de mais vagas implicava, necessariamente, um grande aumento de despesa pública com a educação superior, já que a oferta privada de vagas era bastante inelástica para a época. A pressão no orçamento já era de tal modo intensa, que esse crescimento das matrículas no ensino superior impedia que se melhorasse o atendimento no ensino primário e ginásial, que permaneceu praticamente estagnado. [...] se esse crescimento de vagas nas escolas superiores se desse a um ritmo ainda maior, poderia haver um comprometimento do esforço do Estado na concentração de capital e/ou uma diminuição do desempenho de outros serviços públicos que, aliás, já não eram satisfatórios, nos seus próprios termos, como era o caso do ensino primário e ginásial. Em segundo lugar, o aumento da taxa de expansão de vagas nas escolas superiores resultaria, a curto prazo, no aumento do contingente de profissionais demandando emprego, problema considerado politicamente mais grave que a “simples” demanda de vagas. Sabia-se que o acréscimo de profissionais formados não seria facilmente empregável no setor privado, cabendo, então, ao setor público o ônus de criar oportunidades “artificiais” de trabalho, isto é, de emprego. [...] Assim, por essas duas razões, a expansão do ensino superior a taxas mais elevadas era prejudicial à política econômica (CUNHA, 1980, p. 239-240).

Foi assim, movido pelos problemas e descontentamentos existentes com o ensino superior, que o grupo dirigente da educação no período, com o auxílio da USAID, elaborou uma reforma para as universidades – a lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968 –, buscando estabelecer mais efetiva organização e mais extenso controle do ensino superior.

A lei n.º 5.540 determinava que as universidades deveriam se constituir como local de pesquisa e de formação profissional, disponibilizando uma “autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos” (LEI n.º 5.540, 1968, s. p.). Entretanto, todos os estatutos e

regimentos direcionados ao funcionamento e à organização das universidades deveriam ser “submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente” (LEI n.º 5.540, 1968, s. p.).

Alguns tópicos da reforma universitária possuíram maior repercussão, como é o caso da criação dos departamentos, que consistia em ser “a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e compreenderá disciplinas afins” (LEI n.º 5.540, 1968, s. p.). Na prática, o que ocorreu foi que, antes da reforma, um professor poderia participar de várias unidades dentro da instituição e, conseqüentemente, havia um grande número de disciplinas com os mesmos conteúdos, visto que um docente ofereceria a mesma disciplina para distintos cursos, implicando “na multiplicação dos gastos de espaço, material didático, salários de professores e controle administrativo”. Dessa forma, “a reforma fez com que se reunissem, em um mesmo departamento, as disciplinas afins” de modo que por intermédio destes conteúdos, similares em diferentes cursos “fosse fornecido a todos eles reunidos, ‘economizando’ professores, salas, giz, etc.” (CUNHA, 1980, p. 242).

Outro ponto da reforma que apresentou impacto foi a matrícula por disciplina, na qual os universitários “não se matriculavam mais em um conjunto de disciplinas que constituíam cada série, mas em cada disciplina”. Em cada curso “as disciplinas foram classificadas em obrigatórias e eletivas” e, assim, o estudante formularia seu “currículo conforme os pré-requisitos estabelecidos e de acordo com os seus interesses intelectuais e profissionais”. Essa alternativa pretendia “aumentar a capacidade de atendimento das escolas superiores com acréscimos de custos menos que proporcionais” (CUNHA, 1980, p. 242-243).

Ainda no que diz respeito aos tópicos da reforma do ensino superior, outra medida realizada foi a instituição do curso básico, que, por sua vez, procurava “o aproveitamento da ‘capacidade ociosa’ (ou seja, disponibilidade de vaga)” (CUNHA, 1980, p. 243). A esse respeito, pode ser afirmado que todos os acadêmicos, ao ingressarem em universidades, em seu primeiro ano de curso, frequentariam um curso básico preparatório, e, após esse período, “eram ‘alocados’ nos diversos cursos de acordo com três critérios: suas escolhas individuais, a disponibilidade de vagas em cada curso e o seu desempenho (...) no curso básico” (CUNHA, 1980, p. 243).

Além disso, juntamente com a instituição do curso básico, buscava-se uma centralização das áreas do conhecimento, sendo que, para esse fim, “surgiu a unificação

do vestibular por região e o ingresso por classificação” (CUNHA, 1980, p. 243). Em relação a essa medida Cunha (1980) discorre que:

A primeira característica, o vestibular unificado por região (dentro de uma mesma área de conhecimento), fez com que aquela ‘eliminação de fronteiras’ [...] se fizesse em termos também espaciais, de modo que pudessem ser completadas as vagas de escolas que, sem essa medida, não o seriam, a não ser por candidatos que pudessem dispor de recursos para o pagamento de várias taxas de inscrição e para o financiamento do deslocamento e hospedagem em diversas cidades. [...]. Até o início de 1968, a aprovação nos exames vestibulares se dava pela obtenção de nota igual ou maior do que cinco, mas o ingresso só era conseguido pelos aprovados que obtivessem as N maiores notas, sendo N o número de vagas. Os demais estavam destinados a outro exame, em outra escola e/ou outro ano. Com a intensificação das demandas de ‘mais vagas’, principalmente pelos aprovados não classificados, eliminou-se legalmente a figura do ‘aprovado’, mantendo-se apenas o critério de ingresso dos candidatos com as N maiores notas. Instituiu-se, assim, o vestibular classificatório que teve o objetivo de retirar uma oportunidade de reivindicação que, em alguns casos, chegava a garantir matrícula para os candidatos aprovados de notas mais baixas, mediante mandados de segurança. Percebe-se assim a lógica dessas novas formas de expressão das tensões provocadas pelo grande crescimento da demanda de ensino superior; de outro, expandir o atendimento, mas agora sob controle e dentro dos limites convenientes para a manutenção das funções do Estado de concentrador do capital, com o fim já indicado (CUNHA, 1980, p. 243-244).

Essas alterações no ensino superior tinham como objetivo fundamental atender a demanda de procura ao ensino superior, além de formar profissionais adaptados ao processo de expansão do capital no Brasil.

Por fim, outro item da reforma do ensino superior, tratando-se de um dos pontos mais relevantes, foi a institucionalização da pós-graduação, que tinha como objetivo fomentar a formação dos professores que ministrariam nas universidades. Nesse período, vieram vários professores estadunidenses para o Brasil, com o objetivo de realizar a formação dos profissionais daqui, no âmbito de mestrados e doutorados, para a docência no nível superior; assim como muitos brasileiros foram para o exterior para aperfeiçoar seus conhecimentos. Muitas foram as atribuições voltadas para a pós-graduação, o que leva ao entendimento de que, para muitos, a pós-graduação foi um dos pontos mais significativo da reforma. “Como se vê, foram os cursos de pós-graduação, como já se fazia antes de 1964, os mais beneficiados pela assistência técnica e financeira da USAID depois dessa data” (CUNHA, 1988, p. 173).

Durante todo o processo de formulação e de efetivação da reforma, muitas foram as discussões e as manifestações realizadas por meio da ação da sociedade e, ainda, do governo. No decorrer desse procedimento, a maior crítica estava relacionada à assistência realizada pela USAID ao ensino universitário. As críticas à reforma ocasionaram consequências aos que lutavam pela melhoria do ensino, “professores e administradores universitários pagaram com a perda de seus cargos a acusação de serem ‘comunistas’, ou simplesmente suspeitos de adotarem ‘ideias exóticas’ ou ‘alienígenas’” (CUNHA, 1988, p. 39-40).

Ainda no que diz respeito às críticas da reforma, os estudantes, especificamente ligados ao movimento estudantil, não deixaram de demonstrar interesses, desconfortos e ideias. Torna-se, assim, necessário o estudo dessas ocorrências do movimento para compreensão do processo educacional, associado à reforma do ensino superior de 1968.

Movimento Estudantil: União Nacional Dos Estudantes (UNE)

A União Nacional dos Estudantes (UNE) é uma entidade estudantil fundada em 1937, que ainda hoje está em atividade. Trata-se de um movimento estudantil que se envolve na organização de passeatas e de festividades, no auxílio da criação de empresas estudantis e na participação de representações políticas de debate no país.

Na década de 1930, em decorrência de todos os acontecimentos do período da Revolução de 1930, “a politização do ambiente nacional levou os estudantes a atuar firmemente em organizações”. Nesse contexto em meio a tantos acontecimentos, eram crescentes as diversidades existentes e as propostas distintas que, diante disso, “crescia[m], assim como o desejo em formar uma entidade única representativa, forte e legítima para promover a defesa da qualidade de ensino, do patrimônio nacional e da justiça social” (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, s/d, s. p.)⁷.

Desse modo, no dia 11 de agosto de 1937, no Rio de Janeiro, o atuante Conselho Nacional dos Estudantes emergiu vitorioso na consolidação de um projeto para criação de uma entidade máxima para os estudantes. Os estudantes presentes na reunião nomearam a então entidade de União Nacional dos Estudantes, cuja sigla é UNE. A partir desta data, a UNE esteve à frente de congressos na busca por apoio de forças na

⁷ Fonte: <http://www.une.org.br/memoria/>

sociedade. Apenas dois anos depois de sua criação, a UNE obteve seu primeiro presidente, o gaúcho Valdir Borges.

Desde o seu início, a UNE sempre demonstrou sua posição frente aos acontecimentos que marcavam as épocas. Em seus primeiros anos, a UNE apresentou-se contrária ao governo fascista na Segunda Guerra Mundial, pressionando o então governo de Getúlio Vargas ao apoio aos países antifascistas, chegando até mesmo a entrar em um conflito com apoiadores do fascismo. Foi, então, após esses acontecimentos, em 1942, que o “presidente Vargas concedeu o prédio ocupado do Clube Germânica para ser sede da União Nacional dos Estudantes” (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, s/d, s. p.)⁸.

Com o passar da Segunda Guerra Mundial (1939–54), as participações e os posicionamentos da UNE voltaram-se aos acontecimentos no país, em um contexto no qual buscavam auxiliar no fortalecimento do movimento social, como no âmbito da defesa ao petróleo, uma vez que foi protagonista do movimento O Petróleo é Nosso. A década de 50 para a UNE, por exemplo, foi marcada como um período de grandes atuações, em virtude de ter estado presente em diferentes acontecimentos que demonstravam o caráter conflituoso de uma sociedade dividida, como a crise política no governo Vargas, que culminou com seu suicídio, as eleições que deram posse a Juscelino Kubitschek, em 1956, a renúncia de Jânio Quadros, em 1961 e os conflitos existentes diante da posse de João Goulart, em 1961, sendo este o primeiro presidente a visitar a sede da UNE. Em vista disso, a década de 1960, tornou-se o início do período de mais atuação da UNE. Sanfelice (2008) evidencia que:

Na década de 1960, por exemplo, em decorrência das características daquele momento histórico do desenvolvimento brasileiro, o movimento estudantil, liderado pela UNE, buscou definir-se como um setor de resistência às articulações e aos encaminhamentos políticos que a classe dominante – sobretudo a burguesia industrial- procurava viabilizar para si e, conseqüentemente, por imposição, para as demais classes sociais (SANFELICE, 2008, p. 22)

Com as oposições políticas à classe dominante, muitos consideravam a totalidade dos estudantes e o domínio no movimento estudantil como sendo de entidades comunistas e socialistas. Entretanto, Sanfelice (2008) assinala que:

⁸ Fonte: <http://www.une.org.br/memoria/>

No interior da UNE, ou seja, na composição dos seus quadros dirigentes, desde 1956 ocorreu uma hegemonia de estudantes socialistas e comunistas, num primeiro momento, mas que gradativamente perdeu espaço para a liderança católica representada pela Juventude Universitária Católica (JUC) e, em seguida, já no início da década de 1960, para a Ação Popular (AP) (SANFELICE, 2008, p. 26).

No início da década de 1960, a UNE estava no auge dos acontecimentos políticos. Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, “a UNE buscou agir rapidamente, decretando greve geral dos estudantes, deslocando sua diretoria para o Rio Grande do Sul, centro da resistência legalista, e pronunciando-se pela Rede da Legalidade” (SANFELICE, 2008, p. 27). Esse acontecimento sucedeu ao fechamento da sede da UNE, no Rio de Janeiro, pelo então governador Carlos Lacerda. Tais acontecimentos inauguravam o período de maior atuação da UNE em relação ao contexto político da época, o que merece uma seção deste texto que visa o estabelecimento de reflexões, como se verá a seguir.

A União Nacional dos Estudantes (UNE): as resistências à reforma universitária de 1968

No cenário de discussões quanto à educação do período ditatorial, em específico a Reforma do ensino superior de 1968, o movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes, apresentou grandes contribuições à aquisição de conquistas, obtidas por meio de suas resistências, visto que, além disso, este manifestou um papel decisivo nas lutas contra a ditadura civil-militar.

No início dos anos 1960, motivada por suas insatisfações diante da educação do período, a UNE organizou, em maio de 1961, o I Seminário de Reforma Universitária em Salvador, que representava uma carta da juventude, acerca da qual Sanfelice (2008) situa que:

Naquela ocasião, os estudantes discutiam temas tais como: exame vestibular, programas e currículo, sistema de aprovação, administração da universidade, participação do corpo discente na administração da universidade, autonomia e funcionamento da universidade, realidade brasileira, mercado de trabalho, cátedra vitalícia, tempo integral e função da universidade (SANFELICE, 2008, p. 39).

Com a Declaração da Bahia, “nota-se a tentativa que os estudantes fizeram de ensaiar o que denominaram de análise crítica da realidade brasileira e da inserção da universidade no seu contexto” (SANFELICE, 2008, p. 39). Na declaração, os estudantes analisavam o cenário político vigente no país, distinguindo “certas contradições fundamentais que apontavam a falência da estrutura liberal-burguesa da nossa ‘Nação’” (SANFELICE, 2008, p. 40).

Assim, “esclareceu-se, então, que a vida política brasileira não estava se apresentando como setor de realização das aspirações de todo o povo, mas como instrumento de poder das ‘classes dominantes’” (SANFELICE, 2008, p. 41), em que o individualismo e a competição eram suas principais características. Dessa maneira, durante a organização da Declaração da Bahia, a UNE estabeleceu “diretrizes” conceituadas como ideais pelo movimento. Nessas diretrizes, foram estabelecidos direcionamentos no que diz respeito às ações da política internacional/nacional, à educação e ao setor operário e, ainda, a uma perspectiva de revolução brasileira. No que diz respeito ao setor educacional, considerava-se como pontos:

Setor educacional:

1. Rejeição total do Projeto de Diretrizes e Bases da Educação, atualmente no Senado;
2. Aumento das verbas destinadas à educação;
3. Necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação diferente do atual projeto, que venha atender concretamente às exigências e necessidades do povo brasileiro, aproveitando-se dos estudos efetuados por entidades estudantis, por professores e técnicos;
4. Erradicação do analfabetismo;
5. Formação da consciência política do povo brasileiro (FÁVERO, 2009, p. XV).

Dessa forma, os estudantes, representados pela UNE, buscavam, por meio da formulação dessa diretriz, a democratização da educação brasileira; visando à estruturação por parte do governo de uma nova Diretriz de Bases educacionais, já que as que se encontravam vigentes eram consideradas atrasadas e seletivas para o período, uma vez que geravam vantagens para alguns, sujeitos, acentuando as desigualdades sociais do país. Em relação a esse aspecto, “a crítica à universidade aparece, então, de forma abrangente. Ela é denunciada por ser privilégio econômico de poucos jovens, falha em sua missão cultural, profissional e social” (SANFELICE, 2008, p. 44). Contudo, “mesmo assumindo a responsabilidade por aquele conteúdo, a UNE não havia

conseguido publicar o documento pela gráfica da Universidade do Brasil” em virtude do “impasse: o teor ‘revolucionário’” (SANFELICE, 2008, p. 39).

Com o cenário que antecedeu ao golpe de Estado, representantes da UNE mantiveram-se atentos aos acontecimentos e reuniram-se frequentemente na sede do movimento, na praia do Flamengo – RJ. Em 31 de março de 1964, com a manifestação do Exército, dirigentes e membros da UNE decidiram manter-se em vigília na UNE para terem acesso aos acontecimentos. Quando, “a uma certa hora da noite, a sede da UNE foi metralhada [...] [a] direção da UNE, então, entrou em contato com o Comando da Aeronáutica do Rio de Janeiro, que enviou soldados para defender o prédio”, permanecendo ali “um grupo de mais ou menos trinta pessoas” (ARAUJO, 2007, p. 150).

Eis que, entre a noite do dia 31 de março e o dia 1.º de abril, a sede da UNE foi incendiada, sendo que, na ocasião, muitos dos membros que estava em vigília já haviam saído por ordem da diretoria da UNE, para que levassem às rádios o comando de ordem: resistência.

Fui mandada a uma rádio para levar a palavra de ordem da UNE, que era para resistir. Era para resistir, a palavra de ordem da UNE era: “Resistir, resistir.” Como? De que forma? Mas era essa a palavra de ordem que eu ia levar corajosamente até a rádio. E eu fui, tomei um táxi, fui para a rádio. Eu lembro que a Cinelândia estava tomada por militares e também por trabalhadores, lembro que já estavam saindo alguns tiros lá. Mas consegui vencer o cerco, entrar na rádio e dei a palavra de ordem. Resistência é o que a UNE pede. Resistir porque nós vamos ganhar isso aqui (ARAUJO, 2007, p. 152)!

Contudo, “apesar da palavra de ordem da UNE ter sido ‘resistência’, não houve resistência” (ARAUJO, 2007, p. 153), isto em virtude de que, ao sair do país, João Goulart pediu pela não resistência, pois ele havia se exilado do país para que não acontecesse uma guerra civil, e, ainda, devido a “uma questão crucial: o enorme erro de avaliação das forças de esquerda sobre sua capacidade política em termos gerais: capacidade mobilizadora, apoio popular e capacidade de resposta política” (ARAUJO, 2007, p. 154). Em seguida a esses acontecimentos, os integrantes da UNE dividiram-se em duas partes: os que pediram asilo político, como José Serra, e os que saíram na clandestinidade, como Antônio Carlos Peixoto e Maria Nazaré.

Com o golpe militar, centros acadêmicos foram fechados, universidades foram invadidas, houve cassação de professores e alunos foram denominados comunistas, o

que ocasionou a expulsão de vários sujeitos das universidades. Conseqüentemente, em 27 de outubro de 1964, o Congresso aprovou o decreto que extinguiu a UNE, e também proibia greves. Contudo, isso não parou os estudantes, que “continuaram a desenvolver intensa atividade política nas universidades e que foram o principal alvo da repressão em 1964” (ARAUJO, 2007, p. 155). Os estudantes procuravam meios para resistência:

Então, chegamos à conclusão de que a melhor coisa era, de fato, nós voltarmos à atividade teatral, porque a maior parte do pessoal era de teatro e o teatro é um tipo de atividade que mobiliza as pessoas, ela se faz publicamente. É quase um comício; então você teria de ter cuidados com o que fosse dizer, mas teria de encontrar meios e modos de dizer as coisas. [...], mas seria uma forma de resistir ao golpe, à ditadura que estava se instalando (ARAUJO, 2007, p. 156).

Essas resistências ao golpe, que começou com o teatro e chegou à música, receberam o nome de Show Opinião, onde as peças de teatro e as músicas apresentavam opiniões como uma atividade de mobilização as pessoas. “O Show Opinião foi um grande sucesso, sobretudo entre os estudantes, que lotaram o teatro, como uma forma de protesto contra a situação política” (ARAUJO, 2007, p. 156).

Nos anos iniciais da ditadura civil-militar (1964–68) “os estudantes mantiveram uma atividade política intensa, criando ‘entidades livres’ — diretórios e centros acadêmicos paralelos aos oficiais”, já que estes, pela Lei Suplicy, estabeleciam ao governo controle e proibição de “qualquer atividade ou discussão política” (ARAUJO, 2007, p. 157). Diante disso,

[a]pesar de extinta, a UNE ainda era um símbolo político importante. Estudantes que militavam na AP começaram a reorganizar a entidade logo depois de 1964. Greves, manifestações e passeatas eram convocadas em nome da entidade, que continuava elegendo seus presidentes e realizando clandestinamente seus congressos (ARAUJO, 2007, p. 157).

Como resposta aos ideais de educação universitária, reivindicados pelas lideranças da UNE ao longo da década de 1960, os governos militares realizaram mudanças, com o propósito de solucionar o problema da educação básica e, em especial, do ensino superior. Nesse cenário, os acordos entre MEC/USAID foram determinantes para a implementação das reformas que atendessem os interesses do capital.

Os convênios com a USAID tinham como propósito uma profunda reforma na educação e a adoção do modelo estadunidense nas universidades brasileiras. Dentro

dessa perspectiva, o ensino superior cumpriria um papel importante para a formação de quadros técnicos e de nível superior para o atendimento do novo projeto econômico no Brasil.

Em muitas universidades, os estudantes fizeram uma ampla campanha política contra a implantação do Acordo MEC-USAID. Apesar do protesto estudantil, em muitos casos, apoiado por intelectual e professores universitários, vários pontos do Acordo MEC-USAID foram implantados através da reforma universitária e do ensino, realizada em 1968. [...] Para muitos historiadores da educação, a Reforma Universitária e a Reforma do Ensino, promovidas pelo regime militar, substituíam a tendência de cunho liberal que caracterizava o ensino brasileiro por uma tendência claramente tecnicista (ARAÚJO, 2007, p. 158).

Os acontecimentos que marcam o ano de 1968 evidenciam as particularidades desse período “sufocadas pelo Ato Institucional n.º 5” (ARAÚJO, 2007, p. 161). Em virtude desses acontecimentos, considerados inacabáveis, o ano de 1968 recebeu a expressão de “1968: o ano que não terminou”, criado pelo jornalista Zuenir Ventura (ARAÚJO, 2007, p. 161). Isso porque o ano em questão foi marcado pelas inúmeras manifestações estudantis, por meio das quais os estudantes passaram a articular suas táticas para o sucesso de seus pronunciamentos.

Os estudantes já haviam percebido que, quando andavam na contramão, o trânsito parava e os carros da polícia tinham mais dificuldade em chegar. Essa ‘tática da contramão’ passou a ser utilizada sempre. Os estudantes também iam para as passeatas, organizados por sala de aula ou por grupos de cinco. Além disso, divulgava-se para a imprensa o local errado da concentração: o local certo era divulgado por esses grupos. Com isso, conseguiam driblar a polícia e fugir. (ARAÚJO, 2007, p. 173).

Cabe assinalar que as manifestações realizadas pelo movimento, até este período, foram marcadas por um caráter pacífico, em que os estudantes evitavam brigas diretas, em que seus objetivos eram apenas a conscientização da população sobre as situações que o país vivia. A atitude das manifestações estudantis alterou-se com a morte do estudante Edson Luís, em 28 de março de 1968, assassinado por tiros da PM durante uma passeata contra o fechamento do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. A partir deste acontecimento, movidos pela revolta, “as manifestações de massa ganharam outra magnitude, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde a

população começou a aderir às passeatas e aos confrontos com a polícia” (MEMÓRIAS DA DITADURA, s/d, s. p.)⁹.

Em 20 de junho de 1968, “os estudantes ocuparam o prédio do Conselho Universitário, na Praia Vermelha”, ocasião na qual se buscava “forçar uma discussão com os professores sobre a reforma universitária” (ARAUJO, 2007, p. 177). “A resposta dos estudantes foi uma nova manifestação”, que apresentou grande resistência dos estudantes, com registros de cerca de 14 mortos, o que fez com essa manifestação recebesse o título de “Sexta-feira Sangrenta”.

Após este acontecimento, em 26 de junho de 1968, mais uma manifestação aconteceu sob organização do movimento estudantil, popularizado como a passeata dos cem mil. Contrária à manifestação do dia 20 de junho, a passeata dos cem mil “foi inteiramente pacífica e não encontrou repressão política” e, por meio dela, “os estudantes apresentaram suas reivindicações: mais verbas para a universidade, mais vagas, liberação dos estudantes presos e reabertura do restaurante calabouço” (ARAUJO, 2007, p. 180).

Em agosto de 1968, iniciaram-se as resistências de invasão às universidades, como a Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: “entre essas invasões, uma foi especialmente marcante pela violência: a invasão da UnB no dia 30 de agosto” (ARAUJO, 2007, p. 182).

Já em outubro de 1968, aconteceu o Congresso de Ibiúna, que “foi o marco final de todo aquele processo político, de confronto e radicalização que estava sendo vivido pelo movimento estudantil [...]. Poucos dias depois de instalado, a polícia chegou a Ibiúna e prendeu todos os estudantes presentes, ou seja, toda a liderança estudantil do país” (ARAUJO, 2007, p. 185). Isto posto, vale destacar que a reforma do ensino superior, de 1968, constituiu um instrumento que buscou impor as medidas disciplinares, o controle e a cooptação do pensamento crítico de professores e de estudantes.

Considerações finais

⁹ Fonte: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/edson-luis-de-lima-souto/index.html>

As resistências realizadas pelo movimento estudantil visavam, sobretudo, o esclarecimento da população acerca de todo o cenário político que acontecia no país. Buscava-se, por meio destas resistências, a possível queda do governo ditatorial e, além disso, pretendia-se, especificamente, pressionar o governo quanto às medidas da educação brasileira, principalmente aquelas vinculadas ao ensino superior, palco de estudos dos que estavam na resistência.

Essas reivindicações tinham como intuito a efetivação de uma universidade acessível, democrática, pública, gratuita, com bons professores, estrutura adequada, com incentivos à pesquisa, à formação continuada, com laboratórios dignos para estudos e, ainda, uma universidade com mais vagas, tornando-se viável um cenário propício para a inserção de mais estudantes à universidade.

As lutas realizadas pelo movimento estudantil, representado pela UNE, ainda que não tenham alcançado seus propósitos, não foram em vão. Desse modo, a memória da luta deve auxiliar-nos a manter viva a lembrança da necessidade de mantermos a utopia de uma sociedade mais livre e democrática, com uma universidade que realmente atenda aos interesses populares. Trata-se de resgatar a memória daqueles que lutaram e, em alguns casos, derramaram seu sangue em defesa da superação do Estado autoritário.

Ainda é necessário que aconteçam novos estudos e aprofundamentos no que diz respeito à resistência estudantil e à educação no período militar, uma vez que esses acontecimentos, datados a ditadura civil-militar, ainda influenciam, de maneira significativa, a educação atual e fazem-se presentes nas ideologias de muitos autores e pensadores.

Referências

ARAUJO. Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Ex-presidentes. **Jânio Quadros**. Biografia. Brasília: Senado Federal, s. d., s. p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/janio-quadros> Acesso em: 20 de junho de 2018.

BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Ex-presidentes. **João Goulart**. Biografia. Brasília: Senado Federal, s. d., s. p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart> Acesso em: 25 de junho de 2018.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968**. Brasília: Senado Federal, 1968 a.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 abril 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm Acesso em: 16 de junho de 2018.

BRASIL. **Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968 b**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm Acesso em: 16 de junho de 2018.

CUNHA, Luís Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FÁVERO. Maria de Lurdes de A. Declaração da Bahia: I Seminário Nacional de Reforma Universitária. In: FÁVERO. Maria de Lurdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009, p. III- XXXVII.

GITAHY, Raquel Rosan Christino; FERNANDEZ, Artemisa Piai Silva de; BATISTA, Claudia Karina Ladeia; PRADO, Alessandro Martins. Música “Roda Viva”: desvendando simbolismos. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, nº 14, p. 164-177, abr./jun., 2019. Disponível: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3419/2777> Acesso: 11/04/2019.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. Economia, educação e segurança nacional na ditadura civil militar no Brasil. **Revista COCAR**, Belém, v. 12. n. 24, p. 421-445, jul./dez. 2018. Disponível: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1954>. Acesso: 05/04/2019.

REGERT, Rodrigo; BAADE, Joel Haroldo; SANTOS, Adelfio Machado. Breve relato sobre o desenvolvimento político, a ideia desenvolvimentista e a educação na ditadura militar. **EDUCA: Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, n. 13, p.82-98, jan/mar, 2019. Disponível: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3159/2719> Acesso: 11/04/2019.

SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil: a Une na resistência ao Golpe de 1964**. Campinas: Alínea, 2008.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Memória. 50 anos do golpe**. São Paulo: UNE, s. d., s. p. Disponível em: <http://www.une.org.br/descomemoracaodogolpe/>
Acesso em: 30 de agosto de 2018.

Recebido:07/04/2020

Aceito:17/09/2020

Publicado: 31/12/2021